



**ACÓRDÃO Nº1076/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11446/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Companhia de Saneamento do Amazonas – COSAMA.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Heraldo Beleza da Camara (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Maria das Gracas Reis Antony - OAB/AM 959.
- 7- **Unidade Técnica:** DICA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3044/2020-MP-ESB, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Companhia de Saneamento do Amazonas - COSAMA. Exercício de 2015.

*Irregularidade. Alcance. Multa. Determinação. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a prestação de contas, exercício de 2015, da Companhia de Saneamento Básico do Amazonas – COSAMA, de responsabilidade do **Sr. Heraldo Beleza da Câmara**, na condição de Diretor-Presidente e de ordenador da despesa, com fulcro no artigo 22, III, “b”, da Lei Estadual n. 2423/1996 (Lei Orgânica TCE/AM) e 188, §1º, III, “b”, da Resolução nº 04/2002-TCE art. 19, I, e art. 22, I da Lei estadual nº 2423/96, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais e ato de gestão ilegítimo ou antieconômico de que resulte injustificado dano ao erário, conforme as irregularidades descritas no Relatório/Voto;
- 10.2. **Considerar em Alcance** ao **Sr. Heraldo Beleza da Câmara** no valor de **R\$430.263,37** (quatrocentos e trinta mil, duzentos e sessenta e três reais e trinta e sete centavos) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do ALCANCE/GLOSA, nos termos do art. 304, inciso I, do RITCE/AM e conforme art. 22, inciso III, alíneas “c” e/ou “d” e §2º, alínea “a” (agente público) da Lei estadual n.º



**ACÓRDÃO Nº1076/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

2.423/1996 – Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, conforme item 15 do Relatório Técnico Conclusivo nº 16/2018-DICAI/AM, na esfera Estadual para o órgão Companhia de Saneamento do Amazonas - COSAMA, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5670 – outras indenizações – Principal – Alcance aplicado pelo TCE/AM”, órgão Companhia de Saneamento do Amazonas - COSAMA com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM). Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Heraldo Beleza da Câmara** no valor de **R\$25.000,00** (vinte e cinco mil reais) e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM), em decorrência dos atos praticados com grave infração às normas legais (restrições n.ºs: 02: 03, 04, 06, 07 (7.1 e 7.2: “b” e “c”), 09 e 10, elencadas dos Relatórios Conclusivos da DICA), na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo,



**ACÓRDÃO Nº1076/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.4. Aplicar Multa ao Sr. Heraldo Beleza da Câmara** no valor de **R\$15.000,00** (quinze mil reais) e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, nos termos do inciso V do art. 308 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM), em decorrência dos atos praticados que resulte injustificado dano ao erário, conforme já fundamentado no Relatório/Voto (restrição n.º: 15 elencada no Relatórios Conclusivos da DICA), na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;
- 10.5. Aplicar Multa ao Sr. Heraldo Beleza da Câmara** no valor de **R\$4.000,00**(quatro mil reais) e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, nos termos do inciso I, alínea “a”, do art. 308 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM c/c art. 54, incisos I, alínea “a”, da Lei n.º 2423/96-LOTCE/AM (por mês de competência, nos casos de inobservância de prazos legais para remessa ao Tribunal, por meio físico ou digital, de balancetes, demonstrações contábeis e documentos referentes a receitas e despesas) conforme já fundamentado no Relatório/Voto (restrições n.ºs: 01: subitens “a”, “b”, “m”, “n”, “p”, “s”, elencadas dos Relatórios Conclusivos da DICA), na



**ACÓRDÃO Nº1076/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.6. Determinar** à origem, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno-TCE/AM, que:

**10.6.1** Envie, por ocasião da prestação de contas anual, todos os documentos exigidos nas resoluções do TCE/AM, e nos demais atos normativos a que a empresa está sujeita, sob pena de aplicação das sanções legais, conforme item 3, subitem 1 do Relatório Técnico Conclusivo nº 16/2018-DICAI/AM;

**10.6.2** Envie, por ocasião da prestação de contas anual, as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, em cumprimento à legislação (Lei 6.404/76, art. 176, § 4º; Res. TCE nº 03/2016, art. 2º, incisos XVI e XXIX), conforme item 3, subitem 2 do Relatório Técnico Conclusivo nº 16/2018-DICAI/AM;

**10.6.3** Tome imediatas providências no sentido do cumprimento integral da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/11), especialmente do art. 8º, caput, e §§ 1º e 2º, sob pena de aplicação das sanções legais, conforme item 3, subitem 6 do Relatório Técnico Conclusivo nº 16/2018-DICAI/AM;

**10.6.4** Tome imediatas providências no sentido do cumprimento integral dos arts. 48 (parágrafo único, II) e 48-A (caput e inciso I) da Lei de Responsabilidade Fiscal e do inciso II do art. 2º do decreto 7.185/2010, sob pena de aplicação das sanções legais, conforme item 3, subitem 7 do Relatório Técnico Conclusivo nº 16/2018-DICAI/AM;

**10.6.5** Reveja a classificação e a mensuração contábil objeto de ação judicial (processo 0632227-81.2015.8.04.0001), à luz das normas contábeis vigentes, sob pena de aplicação das sanções legais, conforme



**ACÓRDÃO Nº1076/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

item 3, subitem 11 do Relatório Técnico Conclusivo nº 16/2018-DICAI/AM;

**10.6.6** Aplique as normas contábeis pertinentes ao controle do seu ativo imobilizado, de modo que os valores apresentados no balanço patrimonial sejam fidedignos, sob pena de aplicação das sanções legais, conforme item 3, subitem 12 do Relatório Técnico Conclusivo nº 16/2018-DICAI/AM;

**10.7. Dar ciência ao Sr. Heraldo Beleza da Câmara** e seus patronos do julgamento deste Processo;

**10.8. Dar ciência ao Ministério Público do Estado do Amazonas** para apuração de possíveis ilícitos cíveis e criminais pertinentes objeto desta Prestação de Contas, conforme art. 22, § 3º da LOTCE/AM.

**11- Ata:** 37ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 11 de Novembro de 2020

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral